



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

***PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL E
MEMÓRIA***

CONTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Caroline Buiz Cobas Costas²²⁶
Rafael Azevedo Queiroz²²⁷

Resumo

O presente trabalho visa contribuir para o debate sobre a contribuição do patrimônio documental arquivístico para a preservação da memória através da leitura de alguns textos teóricos e dicionários arquivísticos, levando em consideração os conceitos de patrimônio cultural e patrimônio documental.

Palavras chave: Patrimônio cultural. Patrimônio documental. Preservação. Memória.

Resumen

Este trabajo pretende contribuir al debate sobre la contribución del patrimonio documental de archivo para conservar la memoria mediante la lectura de algunos textos y diccionarios archivo teóricos, teniendo en cuenta los conceptos de patrimonio cultural y el patrimonio documental.

Palabras clave: Patrimonio cultural. Patrimonio documental. Preservación. Memoria.

1. Introdução

Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica por ser uma breve revisão da literatura arquivística e jurídica sobre patrimônio e memória. Quanto à metodologia, o artigo faz a opção pelos métodos histórico e dedutivo, pois são opções que permitem compreender o debate sobre o assunto aqui desenvolvido a partir da História e de conceitos arquivísticos.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, patrimônio é o que se considera como herança comum. Partindo deste princípio, percebemos que toda produção arquivística que, de alguma forma contribuiu com a formação atual de nossa sociedade, é e deve ser tratado como seu patrimônio material por apresentar sua história e sua cultura.

De acordo com Maira Cristina Gricoleto, os documentos de diversas tipologias e atendendo variadas funções são representações da intenção das sociedades de

²²⁶ Graduada em Bacharel e Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com pós-graduação em História do Brasil pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e estudante de Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

²²⁷ Estudante de Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

registrar as ações distintas de suas e outras épocas, com intuito de organizar as atividades cotidianas ou ainda para perpetuar características de um tempo. O patrimônio é visto aqui como um produto de uma cidade, gerado a partir do registro de informações específicas, que é a representação dos valores concedidos aos bens materiais e imateriais.

As informações presentes nos documentos de arquivos apresentam conteúdos muito importantes para memória social, indo além do valor primário “de prestar contas uma obrigação de esclarecer procedimentos específicos de uma dada administração” (FONSECA, 1999, p. 6).

(...) a importância que atribuímos ao documento e à informação para constituição do patrimônio, a partir do pressuposto de que qualquer coisa pode ser informativa, ter um valor informativo, mas somente os documentos de arquivo é que podem atribuir a estas diversas coisas, um valor testemunhal e científico. (...) a materialização da informação por meio da documentação pode identificar os campos de força (...) que configuram características sociais e públicas da informação na atualidade (...) (GRIGOLETO, 2012, p. 57 e 58)

O conceito de patrimônio cultural pode ser definido como “o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para perpetuação no tempo” (RODRIGUES, 2014, p. 4), recordando o passado através da rememoração dos acontecimentos mais importantes, aproximando-se assim do conceito de memória social. Patrimônio também expressa a identidade histórica e as vivências de um povo.

Para Donizete Rodrigues, a classificação de bens como patrimônio depende da ideologia presente na sociedade, determinada pela elite. A partir desta consideração, a identidade é um processo seletivo e fragmentado.

O conceito de memória se define como “a faculdade de lembrar e conservar estados de consciência passados e tudo quanto a eles está relacionado” (HORTA; DEL PRIORE, 2005, p. 3)

Quanto à memória social, ela pode ser definida como uma demonstração de que o social está inscrito na memória individual.

A relação deste conceito de memória social aproxima-se ao de patrimônio cultural, pois ambos recordam o passado, sendo um testemunho do passado. O primeiro conceito legitima a identidade de um grupo recorrendo ao segundo conceito.

Para este autor [Maurice Halbwachs], a memória, como fenômeno social, é coletivamente construída e reproduzida ao longo do tempo. Assim como o patrimônio cultural (ou como um patrimônio cultural), a memória social é dinâmica, mutável e seletiva; seletiva porque nem tudo o que é importante para o grupo fica “gravado na memória”, fica registrado para as gerações futuras. (RODRIGUES, op. cit., p. 5)

A Constituição Brasileira de 1988, afirma que é direito fundamental da pessoa humana, o direito à cultura, quando afirma no artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais”.(TÁCITO, 2012.p. 153)

Ainda sobre cultura brasileira, a Constituição de 1988 caracteriza o patrimônio cultural brasileiro em seu artigo 216, abrangendo os bens materiais e imateriais, individuais ou em conjunto, “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Ibidem., idem), sendo de responsabilidade da administração pública a salvaguarda deste patrimônio.

Entendemos que grande parte de nossa cultura está registrada em diferentes tipos de suporte (papel, filme, negativos, dentre outros), e, portanto, esse registro pertence, como patrimônio, a toda sociedade.

Neste trabalho, procuramos debater sobre a contribuição que os arquivos poderiam dar para a rememoração e afirmação de nossa cultura. Não temos, no entanto, a audácia de acreditar que, em tão poucas linhas, poderíamos descrever a complexidade que envolve tal tema, haja vista que esse discurso perpassa o campo jurídico tanto quanto às diferenças de pensamentos entre povos, dentro de um mesmo povo, tal como é o nosso. Apontaremos nosso pensamento para linhas gerais que contornam a maioria das situações que hoje ocorrem.

2.Patrimônio cultural e patrimônio documental

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional divide o patrimônio cultural brasileiro em duas grandes categorias: Patrimônio Imaterial e Patrimônio Material, com a missão de promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Focaremos no segundo que, por sua vez, se divide em áreas menores segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Segundo a UNESCO:

A memória do mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo, ou seja, seu patrimônio documental, que representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura.

Para isso, a UNESCO desenvolve desde 1992 um projeto sobre a memória do mundo, conseqüente do aumento da conscientização sobre a triste condição de preservação e acesso ao patrimônio documental em várias partes do mundo, envolvendo a participação de bibliotecas e arquivos de muitos países.

Para Viviane Portella, patrimônio documental se constitui de “registros que retratam os fatos, as atividades e as informações que envolvem as entidades públicas e privadas, pessoas e família” (PORTELLA, 2012, p. 21).

Sendo assim, percebemos que todo objeto pode vir a constituir-se patrimônio, sendo para tal, necessário, que haja um desejo coletivo de extrair do mesmo alguma informação.

Adotando a definição do Dicionário de Terminologia Arquivística, que trata documento como unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, podemos entender que qualquer coisa que constitui o acervo do patrimônio material pode ser considerado um documento, ainda que não seja arquivístico.

Ao transferir essa linha de pensamento para o âmbito da constituição do patrimônio, podemos afirmar que a intencionalidade no percurso da formação do patrimônio pode garantir a transformação e representação de diferentes tipos de objetos em documento.

Entendemos ainda que estas intencionalidades presentes nos percursos de geração dos documentos e no registro de informações se tornam imprescindíveis para que efetive a transformação da natureza original dos bens.

3.Documentos Arquivísticos e seu valor como patrimônio

Documentos por si só, apesar de poder fornecer informações, não podem expressar a ação global da qual foram parte integrante, uma vez que são apenas parte de algo. Tal qual um edifício que não tinha como objetivo principal passar qualquer informação, e, com o passar do tempo, veio a constituir patrimônio material brasileiro, assim também o documento tem sua função para o qual foi criado e pode, com o passar do tempo, agregar informações que vão para além da intenção para o qual foi criado (valores primário e secundário). Quando tal documento é agregado a outros que foram criados ou acumulados pelo mesmo produtor, constitui um arquivo (princípio da organicidade).

Esses arquivos possuem uma característica que, a nosso ver, permitem transmitir as informações com muito mais propriedade, pois tal informação está encadeada, entrelaçada com outras que a baseiam e endossam, permitindo a quem questiona obter maior qualidade e quantidade de dados para sua pesquisa, proporcionando maior fidedignidade ao argumento.

Quando transferimos tal noção de arquivo para o campo do arquivo como patrimônio, temos aqui o fortalecimento da idéia de que os documentos arquivísticos podem constituir uma importantíssima fonte de pesquisa e, ainda, um espaço onde a memória de nossa sociedade como um todo permanece registrada em sua formação e desenvolvimento.

(...) é perceptível que os conjuntos documentais são considerados, tanto na esfera federal como estadual, componentes do patrimônio cultural. Em acordo Bellotto (2000), ao se referir a documentos permanentes de arquivos públicos, afirma que o patrimônio documental é caudatário do patrimônio cultural, ou seja, pode ser entendido como uma das linhas do patrimônio cultural, sendo bens culturais, tanto quanto os demais (PORTELLA, 2012, p. 21.)

Não seria exagero afirmar ainda que os arquivos refletem a trajetória e transformações pela qual passaram tanto as pessoas quanto a forma de pensar e comportar dessas pessoas que constituem nossa sociedade.

Burke (2003), ao tratar a cidade como uma fonte de informação acerca de si mesma, diz que ela produz volumes crescentes de si. Os documentos representam a intenção da sociedade de registrar feitos de sua e outras épocas, seja para organi-

zar as atividades cotidianas ou mesmo para perpetuar características de um tempo. Por meio desta visão, os patrimônios são um dos tantos produtos de uma cidade, gerados a partir do registro de informações específicas, que são a representação dos valores outorgados aos bens materiais e imateriais.

Baseando-se no que foi exposto até então, podemos afirmar que o produto completo dos registros pertencentes a uma sociedade se trata do conjunto de documentos criado pelas pessoas ou instituições desta mesma sociedade, que não poderiam rememorar toda a trajetória dos mesmos no caso de não permanecessem juntos, unidos de forma tal que a informação de um complemento o outro, devendo assim mantendo a organicidade do acervo.

Para que tal conjunto permaneça íntegro, é fundamental a aplicação de alguns princípios teóricos e práticos da Arquivologia, tais como o de respeito aos fundos, a proveniência, a classificação, a conservação preventiva, dentre outros. Não é intenção deste trabalho, discutir as formas e detalhes de cada uma dessas funções, no entanto, acreditamos ser de total importância que se aborde, ainda que de forma resumida, a participação vital da conservação preventiva no processo de transmissão da informação dos acervos que constituem o patrimônio arquivístico e seus respectivos, possíveis e futuros usuários.

Para compreender essa importância pensemos que o documento representa ações e que as mesmas jamais tornarão a existir, sendo o documento o único registro daquela ação. No caso dos arquivos que constituem o patrimônio arquivístico, tais ações podem representar traços de nossa cultura que já não podem existir nos dias de hoje, uma vez que esses registros se perdem, não sendo mais possível recuperá-los.

Faz-se então primaz que ao ser reconhecido o valor, quer seja histórico, cultural ou de memória, tal patrimônio seja previamente conservado, pois desta forma não será preciso reparar o dano, mas atuaremos nas causas que possivelmente darão origem a esses danos. Silva (2008) a esse respeito afirma:

A preservação da informação arquivística governamental, produzida e utilizada para a administração do Brasil, considerada, portanto, de valor instrumental e estratégico, requer que os riscos de sua deterioração sejam, de um lado, percebidos antecipadamente, e, de outro, preservados de forma contínua e a longo prazo. (SILVA, 2008)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possuímos no Brasil inúmeros arquivos, centros de cultura, centros de documentação, bibliotecas e ainda depósitos que não possuem este título, mas tem a mesma finalidade, espaços que abrigam uma riqueza inestimável de informações, que são inerentes a formação da sociedade tal qual a conhecemos hoje e guardam sua memória.

Tais lugares não são privilegiados com a devida visitação e consulta, deixando oculta uma história rica, não a transmitindo para as futuras gerações. Faz-se necessário que haja um engajamento ainda maior, da parte daqueles que entendem a importância que tais papéis empoeirados e velhos possuem para que venha à tona o que até então se encontra obscurecido, pois “aqueles que não podem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo.” (SANTAYANA, 1905).

A importância da preservação da memória através do acesso às informações traz a idéia defendida por Viviane Portella de que o “patrimônio cultural está intimamente ligado às questões relativas à memória de um determinado grupo.” (PORTELLA, op. cit., p. 20). Para tal, tem mérito a ação da arquivística, que, nas palavras de Portella, é uma prática materializada pela necessidade de preservar a memória da humanidade com o passar do tempo através de registros em diferentes formas (RIBEIRO, 2003 APUD PORTELLA, 2012, p. 24).

Outra questão que pode ser levantada aqui se refere à documentação patrimonial como fonte de informação que possibilita a análise de como se pratica o poder no processo de produção documental e no desenvolvimento de práticas de preservação para a constituição do patrimônio, assim como sugere Maira Grigoletto em seu artigo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51

BRASIL, **Legislação sobre patrimônio cultural**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 366 p. – (Série legislação; n. 41). Disponível em <http://www.mp.ma.gov.br/arquivos/arquivos_site_antigo/Noticia5575A4733.pdf> Visitado em 26 de Jun. 2014

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 214.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 2, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200007&ing=pt&nm=iso. Acessado em 31 de agosto de 2014.

GRIGOLETO, Maira Cristina. Informação e documento: expressão material do patrimônio. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Brasil, v. 3, n. 1, p. 57-69, jun. 2012. ISSN 2178-2075. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/in-cid/article/view/42369/46040>. Acessado em 26 de junho de 2014.

IPHAN. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montar-PaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginalphan>. Visitado em 29 de junho de 2014

_____. **Referencial Estratégico**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montar-PaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginalphan>. Visitado em 29 de junho de 2014

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; DEL PRIORE, Mary. **Memória, patrimônio e identidade**. Boletim 04, Abril 2005. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/145632MemoriaPatrident.pdf>. Acessado em 29 de junho de 2014.

PORTELLA, Viviane Portella de. "Patrimônio Cultural" IN **Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Orientador: Carlos Blaya Perez. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2012. Pp. 19 a 26.

RODRIGUES, Donizete. **Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica**. Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, n. 01, 2014. 8p. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. Acessado em: 31 de agosto de 2014.

SANTAYANA, George. **A vida da razão**. Vol. 1, capítulo XII. 1905.

SILVA, Sergio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. - Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008. 284p.

TÁCITO, Caio. **1988**. 3. ed. Coleção Constituições Brasileiras; v. 7. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

UNESCO. **Programa Memória do Mundo**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>. Acesso em 30 de maio de 2014.